
O BRASIL COMO MEDIADOR: O PAPEL DO ITAMARATY NAS CRISES INSTITUCIONAIS PARAGUAIAS (1996-1999)¹

BRAZIL AS A MEDIATOR: THE ROLE OF ITAMARATY IN PARAGUAY'S INSTITUTIONAL CRISES (1996-1999)

DOI: [10.5380/cg.v%vi.i.85313](https://doi.org/10.5380/cg.v%vi.i.85313)

Luiz Marcelo Michelon Zardo²

Isadora Rodrigues Atiense³

Júlia Brigoni Maciel⁴

Resumo

O presente artigo visa a analisar o papel exercido pelo Brasil na resolução das crises institucionais que marcaram a política paraguaia nos anos de 1996 e 1999. Movida pela alteração na lógica da política externa inserida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, a atuação diplomática do Brasil obteve grande importância no âmago das resoluções nos respectivos conflitos políticos no país vizinho. Assim, busca-se discorrer sobre as manifestações do corpo diplomático brasileiro durante as duas crises mencionadas, relacionando-as à orientação da política externa formulada por Cardoso. Através da análise de fontes primárias e secundárias, é realizada uma exposição crítica da cronologia dos contenciosos, destacando sempre a atuação brasileira nos procedimentos que conduziram às suas respectivas resoluções, assim como uma análise da compatibilidade entre as ações realizadas pelos representantes brasileiros e a doutrina assumida no governo vigente. Verificou-se que a atuação brasileira foi determinante para os desenlaces nos atritos paraguaios e, desse modo, a postura adotada nesses conflitos representou um desvio no papel até então empregado pelo Itamaraty, garantindo uma maior coesão na aplicação da política externa de FHC.

Palavras-Chave: Paraguai; Brasil; Política Externa; Crises Institucionais; Democracia.

Abstract

This work presents an analysis of the role assumed by Brazil in the resolution of the institutional crises that unsettled Paraguay's political structure in the years of 1996 and 1999. In line with the reforms promoted in foreign policy by the government of Fernando Henrique Cardoso, Brazil's diplomatic activity gained great importance in the resolution of the above-mentioned political conflicts in the neighboring country. Thus, the present article seeks to discuss the manifestations of Brazilian diplomacy during the unfolding of these two crises, relating them to the orientation of the foreign policy formulated by Cardoso. Through the analysis of primary and secondary sources, a critical exposition of the chronology of the disputes is carried out, always highlighting Brazil's performance in the procedures that led to their respective resolutions as well as an analysis of the compatibility between the actions carried out by the Brazilian representatives and the doctrine adopted in Cardoso's government. It was verified that Brazil's performance was determinant in finding

¹ Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY 4.0\)](#), sendo permitido o compartilhamento com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

² Mestrando em Assuntos Internacionais pelo Graduate Institute of International and Development Studies (IHEID). E-mail: luizmarcelomz@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5085-6291>.

³ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: isa.atiense@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7982-7785>.

⁴ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: juliabrigonimaciel@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9730-9826>.

solutions for these crises; therefore, the position assumed in these conflicts represents a deviation from the role previously embodied by Itamaraty, ensuring greater cohesion in the application of FHC's foreign policy.

Keywords: Paraguay; Brazil; Foreign Policy; Institutional Crises; Democracy.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo geral discutir a atuação da diplomacia brasileira na solução das crises políticas de 1996 e 1999 no Paraguai. Nesse diapasão, buscar-se-á, a partir de fontes secundárias e primárias, como entrevistas com autoridades envolvidas nos contenciosos e notícias de jornal do período,⁵ compilar os principais fatos que caracterizaram a atuação do Brasil nas referidas crises e, em adição, relacionar a conduta brasileira à orientação da política externa do governo de Fernando Henrique Cardoso, mandatário da potência sul-americana durante o ínterim analisado.

Em primeiro lugar, faz-se mister compreender a estrutura diante da qual eclodiram essas graves crises institucionais ainda no primeiro decênio democrático paraguaio, iniciado em 1989 com a deposição de Alfredo Stroessner e a debacle de sua ditadura castrense (ARDITI, 1995). Em antagonismo com os processos de redemocratização empreendidos por outros países do Cone Sul, no Paraguai realizou-se uma transição “desde cima”, iniciada com um golpe militar a partir do qual se manteve no poder o Partido Colorado, principal sustentáculo da estabilidade do *Stronato* e no qual, dada a grande dimensão dos quadros partidários, se verificava um cenário de fortes heterogeneidades e disputas internas (LÓPEZ, 2015). Similarmente, o processo de institucionalização das políticas públicas a partir de então se deu em baixa velocidade, o que prejudicava a consolidação de um Estado Democrático de Direito no país; tanto no que se refere à política interna quanto no tocante à política externa, a era stroessnerista havia deixado como legado laços umbilicais entre o partido hegemônico e o funcionalismo público (LÓPEZ, 2018; GARCÍA, 1993), de sorte a dificultar a formação de uma burocacia na acepção weberiana do termo, capaz de atuar no sentido de estabelecer uma efetiva separação entre interesses públicos e privados.

É nesse contexto de débeis instituições que eclodiram as crises de 1996 e 1999, ante as quais o Brasil, como líder regional, não poderia eximir-se de buscar alternativas. Afinal, desde o princípio do mandato, a diplomacia cardosista demonstrou clara ênfase no regionalismo como espaço primordial para a inserção internacional do Brasil, principalmente no que se refere ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), cuja sobrevivência encontrava-se em risco diante das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (RATTNER, 2002). Outrossim, a política externa de Fernando Henrique Cardoso pautava-se fortemente pelo conceito de “credibilidade” (BARBOZA;

⁵ Refere-se sobretudo às entrevistas realizadas pelo CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, com os ex-embaixadores brasileiros Márcio Dias e Bernardo Pericás Neto e os ex-presidentes paraguaios Juan Carlos Wasmosy e Raul Cubas Grau, além de notícias publicadas por relevantes jornais da região, como a Folha de São Paulo.

PINHEIRO; PIRES-ALVES, 2017), tido como indispensável para a manutenção de boas relações com as potências ocidentais e, ainda, para a atração de investimentos, que consistia em componente indispensável da diplomacia tucana, fortemente ancorada naquilo que Silva (2008) define como matriz neoliberal de política externa. Nesse sentido, apenas através de uma atuação ativa em prol da estabilidade regional o Itamaraty lograria a credibilidade desejada, o que implicava, evidentemente, uma busca por soluções nas duas crises em Assunção. Essa necessidade acentuava-se, ainda, na medida em que o Brasil era o principal parceiro comercial do Paraguai, além de detentor de grande influência política nos bastidores do Palácio de López.

Desse modo, parte-se aqui da hipótese de que a atuação do Brasil na iminência das duas crises e durante seu desenrolar se insere dentro dos objetivos da política externa de Fernando Henrique Cardoso, o que implica a necessidade de conhecer, de um lado, os objetivos do Itamaraty durante o período, mas também a realidade fática nas duas ocasiões diante da qual se estabeleciam alternativas de ação por parte da diplomacia brasileira. Daí decorre a organização deste trabalho em cinco partes: para além desta Introdução, dedicam-se duas seções a descrever cronologicamente as duas crises, bem como as contribuições brasileiras a seu desfecho, e outra a analisar objetivamente em que medida as condutas verificadas foram consistentes com a doutrina externa vigente naquele momento. Por fim, apresentam-se as nossas considerações finais, com o entendimento de o Brasil exerceu um papel essencial na solução da instabilidade paraguaia, de forma coerente com os princípios fundamentais da política externa de Cardoso e, ao mesmo tempo, simbolizando uma inflexão na posição oficial do país.

2. A CRISE DE 1996: ENTRE UM PRESIDENTE FRACO E UM GENERAL IMPRUDENTE

A eleição do engenheiro Juan Carlos Wasmosy para a Presidência da República, em 1993, representou um ponto de inflexão na política paraguaia, inaugurando um novo capítulo na transição democrática do país. Embora dando continuidade a décadas de liderança do Partido Colorado no país, a vitória de Wasmosy representou a assunção, pela primeira vez após quarenta anos de militares no governo, de um civil ao posto mais alto da política paraguaia, contrariando expectativas de observadores e pesquisas de opinião (NICKSON, 1997). Além de isso, por si só, já sugerir uma trajetória de consolidação do processo democrático, também há de se notar que, em contraste com as fraudes quase generalizadas que levaram Andrés Rodríguez à chefia de Estado do Paraguai, em 1989, as eleições de 1993 foram “livres, competitivas e quase de todo limpas”, consoante ensina José Carlos Rodríguez (1993, p. 18, tradução nossa), sendo um consenso ter se tratado do pleito mais transparente da história do país até então.

Sem embargo, logo Wasmosy revelou-se um presidente fraco, com escasso apoio político desde o princípio. Nas eleições legislativas, diante do fortalecimento do *Partido Liberal*

Revolucionario Auténtico (PLRA) e do ensaio de uma terceira via, representada pelo *Partido Encuentro Nacional* (PEN), alternativa de centro-esquerda liderada por Caballero Vargas, o coloradismo, apesar de ter obtido as maiores votações tanto para a Câmara dos Deputados quanto para o Senado, não obteve sequer maioria simples em nenhuma das duas casas (POLITICAL DATABASE OF THE AMERICAS, 2019). A maior fragilidade do presidente, contudo, reposava na sua divisão de poderes com outras figuras que participaram ativamente de sua campanha, entre as quais se destaca o general Lino Oviedo (LÓPEZ, 2018).

Oviedo, muito próximo de Andrés Rodríguez, ascendera de maneira excepcional de coronel a general durante o curto período de quatro anos no qual governou seu aliado; seu prestígio crescente o levou a traçar planos sobre uma candidatura presidencial em 1998, mas, por liderar a poderosíssima Primeira Divisão do Exército, principal cargo militar no Paraguai, já se considerava o homem mais poderoso do país, sem estar disposto a aguardar para iniciar a governar (VALENZUELA, 1997). Foi com essas intenções que o general prestou apoio ativo e indispensável à vitória de Wasmoy em face de Luis María Argaña nas eleições primárias do Partido Colorado, que teve lugar mediante o emprego de métodos fraudulentos (NICKSON, 1997). Argaña, como se sabe, era tradicional liderança civilista na agremiação, cujas ideias de separação de Governo e Exército poderiam ameaçar a ascensão política do general.

Assim, já, no início do governo, Oviedo deu manifestações claras do desejo de ser o mandatário *de facto* do país, provocando ressentimento em Wasmoy, que se sentiu traído (VALENZUELA, 1997; NICKSON, 1997). Desse modo, o militar não tardou em articular consistente base de apoio, principalmente no interior, e para tanto passou a dispor de uma espécie de governo paralelo; afirma o embaixador do Brasil em Assunção àquele tempo, Márcio Paulo de Oliveira Dias (2018, p. 11):

Oviedo estabeleceu, inclusive, um sistema de informação muito útil para ele. O Oviedo, com o uso de computadores, fez um sistema. Quando eu fui visitá-lo, ele me fez essa demonstração, mal sabendo que estava se entregando. Disse: “Em geral, se eu disser que conheci um estancieiro que tinha cinco filhos, três fazendas, mas não me lembro o nome dele, o senhor consegue [localizá-lo]? Na hora.” Tinha ficha de todo mundo praticamente.

Nesse contexto, em 22 de abril de 1996, o presidente, buscando salvar seu governo, decide demitir o general, forçando-o a passar para o quadro de reservistas (VAN DER VLEUTEN; HOFFMANN, 2010). Pagno (2004) destaca que tal decisão se deu diante de um quadro de abrupta queda de popularidade do governo, cada vez mais maculado por uma imagem de fraqueza diante da inabilidade para lidar com a crise econômica e do fato de Wasmoy estar à sombra de Oviedo. Com a recusa deste em seguir a ordem presidencial, emerge uma grave crise institucional, que leva à divisão das Forças Armadas entre legalistas e golpistas, e o presidente, prevendo a possibilidade de um golpe iminente, acaba por passar a noite na Embaixada dos Estados Unidos, segundo Van der Vleuten e Hoffmann (2010), informação que, contudo, é contestada pelo próprio Wasmoy (2018).

A partir - e mesmo antes - da eclosão da crise política, o Brasil exerceu uma função destacada no restabelecimento da normalidade democrática no Paraguai. É importante notar que, antes da decisão de demitir Oviedo, Wasmosy, preocupado com o aumento de poder de Oviedo e vislumbrando a possibilidade de um golpe, obteve pessoalmente a garantia do presidente Fernando Henrique Cardoso de que o Itamaraty, assim como as instituições mercosulinhas, apoiaria o governo do civil em caso de escalonamento das tensões (VALENZUELA, 1999, p. 8 apud VAN DER VLEUTEN; HOFFMANN, 2010, p. 748).

Outrossim, para além da relevância da conversa com o presidente brasileiro na decisão de demitir Oviedo, parece lícito afirmar que o papel desempenhado pelo embaixador Márcio Dias foi essencial para o restabelecimento da ordem após o fatídico 22 de abril. O próprio Wasmosy (2017) descreve o embaixador Dias como o ator com atuação mais definitiva na resolução do cenário de extrema instabilidade, alcunhando à sua conduta adjetivos elogiosos, como “amigo” e “extraordinário” (WASMOSY, 2018, p. 9). A partir dos relatos do embaixador brasileiro, entende-se que Wasmosy não teria as características esperadas de um líder; teria o presidente constitucional medo de Oviedo e de seus fortes laços no Exército paraguaio, e, diante da chance de eclosão de uma guerra civil, o mandatário paraguaio estava fortemente disposto a renunciar, porquanto lhe horrorizava a ideia de que houvesse feridos e mortos como decorrência uma insistência sua em permanecer no poder (DIAS, 2018). Nesse sentido, faz-se inegável o papel fundamental do diplomata brasileiro na resolução da questão, fato reconhecido, inclusive, pela população paraguaia, como demonstra a boa imagem alcançada pelo embaixador no país, refletida em sua identificação e ovacionamento em voo de Assunção para o Brasil algum tempo após o episódio (DIAS, 2018).

A notícia da insubordinação de Oviedo foi imediatamente respondida com manifestações de apoio a Wasmosy por parte das embaixadas de Estados Unidos e Brasil, os dois principais parceiros políticos e econômicos do Paraguai, sendo que, no segundo caso, o pronunciamento do embaixador Dias também foi feito em nome dos demais parceiros do MERCOSUL (VALENZUELA, 1997). Duas horas em seguida, os dois embaixadores, assim como o representante da Argentina, foram à sede da Cavalaria Paraguaia para falar com Oviedo e, assim, dissuadi-lo de suas intenções golpistas; o pedido de encontro, porém, não foi atendido (VALENZUELA, 1997).

Durante a noite, as manifestações de Oviedo oscilavam entre uma retórica ameaçadora e uma tentativa de compor com Wasmosy, de sorte a alcançar um acordo sem a mobilização de forças (VALENZUELA, 1997). A proposta feita pelo general foi a de que ele aceitaria renunciar, desde que o presidente e o vice-presidente também o fizessem; nesse cenário, assumiria o Palácio de López o presidente do Senado, aliado de Oviedo, que esperava, dessa forma, “governar nos bastidores” (VALENZUELA, 1997).

Diante de mencionada proposta, embora disposto a renunciar, Wasmosy foi convencido pelo embaixador Dias a permanecer no posto (DIAS, 2018). A dimensão do apoio das Forças Armadas a Oviedo era incerta, e o próprio embaixador, que se pusera em contato com líderes militares

paraguaios, já havia identificado diversos detentores de altas patentes que se posicionavam em favor de Wasmosy (DIAS, 2018). Logo, a decisão mais prudente era a de esperar, e, em caso de sobrevivência àquela noite entre 22 e 23 de julho, em meio ao inverno assuncenho, as chances de que o presidente legal lograsse permanecer no cargo seriam notavelmente acrescidas, como raciocinou então o próprio mandatário (WASMOSY, 2018).

Foi esse o contexto que levou o embaixador Dias, em encontro na mesma noite com o presidente paraguaio e o representante americano Robert Service, ao simbólico ato de rasgar a carta de renúncia de Wasmosy, que já havia sido redigida, e cuja ousadia deixou estupefato o embaixador estadunidense, partícipe da reunião (DIAS, 2018). Relata o episódio o embaixador Dias:

Wasmosy disse que ia apresentar a renúncia, porque ele queria realmente sair de lá. Eu disse: “Você não vai renunciar, meu governo não aceita isso,” e aí rasguei... A cara do embaixador americano... Mas no final ele aplaudiu... [...] O Bob Service, a cara dele quando eu rasguei a carta... Eu disse “Olha, Wasmosy, para evitar confusão, vou fazer o seguinte: isso aqui nós vamos rasgar. Você diz que passa a Presidência ao presidente do Congresso, o que é ilegal e não vai ser aceito. Agora, para evitar confusão, me dá essa que você escreveu que eu rasgo,” e rasguei na frente de todo mundo. (DIAS, 2018, p. 9)

O embaixador brasileiro logra convencer o mandatário paraguaio, que, efetivamente, sobrevive àquela madrugada invernal e amanhece com o suporte da comunidade internacional multiplicado: anunciam viagem ao Paraguai o secretário-geral da OEA, César Gaviria, os chanceleres de Uruguai e Argentina e, ainda, o chanceler em exercício do Brasil, embaixador Sebastião do Rego Barros; neutralizava-se, pois, a força de Oviedo, que, gradativamente, perdia apoio entre os militares (VALENZUELA, 1997). O tempo estava a favor de Wasmosy, que, por sugestão do embaixador Dias, tenta indicar a Oviedo que ainda estava disposto a renunciar, mas assina tão somente um “afastamento temporário, passando a Presidência ao presidente do Congresso, o que era ilegal, porque havia um vice-presidente, então foi um blefe” (DIAS, 2018, p. 20).

Contudo, em uma decisão supostamente precipitada, Wasmosy, alegando acreditar assim poder governar com estabilidade e sem riscos de intentos golpistas, oferece a Oviedo o cargo de ministro da Defesa, posto tido como pouco importante no país, o que forçaria o general a passar para o quadro de reservistas (NICKSON, 1997). Oviedo, que identificou na oferta uma oportunidade de seguir seu projeto político, aceitou-a. A ideia, na verdade, havia sido proposta por alguns embaixadores, entre os quais o da Alemanha (WASMOSY, 2018). Entretanto, o resultado, em termos políticos, foi bastante danoso a Wasmosy: a oferta foi extremamente mal vista pela sociedade paraguaia, e o presidente perdeu parcela substantiva de seu apoio político, já que, repentinamente, sua imagem passava de herói para a de um traidor amedrontado (VALENZUELA, 1997), fato este corroborado pela análise de Pagno (2004), a qual ressalta a grande mobilização contrária verificada nos partidos opositores Liberal e Encuentro Nacional.

É certo que a maior parte da literatura considera que a oferta se fez absolutamente desnecessária e danosa ao presidente constitucional, já que fora feita em um momento em que as ameaças de golpe já tinham sido bastante minimizadas. Há, porém, uma sofisticada lógica política oculta, revelada pelo embaixador Márcio Dias. Dias é posto a falar com Oviedo, sob a prerrogativa de tentar convencer o general a declinar do convite a assumir o Ministério da Defesa (VALENZUELA, 1997). Dessa forma, em uma construção criativa do embaixador brasileiro, que ele próprio descreve como “sujeira” (DIAS, 2018, p. 21), concerta-se uma série de reações, envolvendo inclusive esforços performáticos de Dias e Wasmosy perante Oviedo, que levassem o general a crer que se tratava de uma oferta real. Bem-sucedidos, conseguem que Oviedo renuncie a seu posto militar e passe para a reserva; no momento de nomeá-lo ministro, contudo, Wasmosy não cumpre sua palavra, para o que alega publicamente como justificativa a insatisfação popular perante a medida (DIAS, 2018; VALENZUELA, 1997). Assim, restabelecia-se definitivamente a normalidade política em Assunção.

Em suma, o protagonismo do Brasil na resolução da crise de 1996 se deu através de dois eixos: o apoio manifestado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a Juan Carlos Wasmosy, que estimulou o presidente constitucional a demitir Oviedo, e a atuação pessoal ativa do embaixador Márcio Paulo de Oliveira Dias. É importante notar, uma vez mais, que o fato de o Brasil frequentemente ter se valido, em sua retórica, das prerrogativas de principal sócio do MERCOSUL fortaleceu a capacidade de ação do Itamaraty na questão, aumentando a confiança em Wasmosy e demonstrando às forças golpistas que uma eventual sublevação teria de arcar com altos custos em termos da continuidade da inserção paraguaia no sistema regional. Definitivamente, Brasília não estava disposta a conviver com um regime autoritário em sua vizinhança, principalmente em se tratando de uma nação em que, tradicionalmente, o Brasil exerce significativa influência política e econômica.

Importa atentar, não obstante, ao depoimento do embaixador Dias, segundo o qual seu ativismo na resolução da crise só foi possível porque Luiz Felipe Lampreia não estava exercendo suas funções ministeriais, já que se encontrava em viagem no exterior (DIAS, 2018). Afirma Dias (2018, p. 5): “O Lampreia [...] tinha horror ao Paraguai, horror a países subdesenvolvidos, e horror ao Paraguai em particular. Não queria saber. Se o Lampreia estivesse no Brasil na ocasião, ele simplesmente mandava um avião da FAB para me tirar de lá e pronto”. Efetivamente, após o desfecho da crise, em reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso e Lampreia, Dias foi repreendido pelo ministro, que considerou suas manobras demasiado arriscadas, envolvendo riscos que o chanceler não estava disposto a correr (DIAS, 2018). O presidente, contudo, mostrou estar de acordo com a conduta do embaixador (DIAS, 2018), a qual viria a revelar-se indispensável para a manutenção da estabilidade política e macroeconômica do MERCOSUL, sendo esta crucial para a preservação dos interesses brasileiros.

3. O MARZO PARAGUAYO: A PERSISTÊNCIA DO OVIEDISMO E A MEDIAÇÃO DE CARDOSO

A continuidade de Juan Carlos Wasmosy à frente do Palácio de López não foi suficiente para garantir, ao menos em médio prazo, a integridade das instituições paraguaias. Quando do advento das seguintes eleições presidenciais, em 1998, o oviedismo pôde provar sua persistência como movimento político no Paraguai, e igualmente sua disposição a romper com a ordem institucional vigente. Como apontam Van der Vleuten e HOFFMANN (2010, p. 749, tradução nossa), a partir do fracasso de sua tentativa de golpe em 1996, o general "gradualmente emergiu como um líder político populista, com apoio dos camponeses indígenas guaranófonos". Ainda nesse sentido, destaca-se a capacidade de Oviedo de se comunicar com intimismo com a maior parte da população, para tanto valendo-se de uma retórica demagógica e de um guarani de invejável fluência (CUBAS GRAU, 2018).

De tal sorte, as ambições do militar de alçar-se à chefia de Estado paraguaia persistiram, como demonstra sua decisão de concorrer às primárias do Partido Colorado (LÓPEZ, 2018). Escolhendo para vice de chapa o engenheiro Raul Cubas Grau, ex-ministro do Planejamento de Wasmosy e rico empresário paraguaio, teve de competir mais uma vez com o civilista Luis María Argaña. Em perfeito antagonismo com o perfil político de Oviedo, Argaña, profissional das ciências jurídicas, era visto como um integrante da elite intelectual paraguaia (CUBAS GRAU, 2018), e seus discursos refinados e eruditos não logravam conquistar a vasta população rural do país guarani. Efetivamente, a chapa de Oviedo saiu vitoriosa das prévias (LÓPEZ, 2018).

Novamente preocupado com a possibilidade de ascensão do oviedismo ao poder, Wasmosy decide responder com vigor, submetendo o general a um juízo militar que, pelo ensaio golpista de 1996, o condenaria ao cárcere por um período de dez anos, afastando-o, pois, da corrida eleitoral (LÓPEZ, 2018; VAN DER VLEUTEN; HOFFMANN, 2010). A estratégia governista, contudo, foi efetivada à custa de controvérsias significativas no âmbito da sociedade doméstica. De um lado, fizeram-se prementes acusações sobre ter sido feito um juízo casuístico, ignorando o direito de defesa de Oviedo (OVIEDO, 1998). Inclusive, informações jornalísticas apontam para a vedação da participação de testemunhas de defesa do general em seu processo (OVIEDO, 1998).

Diante da prisão do candidato escolhido, adota-se, no Partido Colorado, uma fórmula heterodoxa. O vice de Oviedo, Cubas Grau, seria alçado à cabeça de chapa, ao passo que o opositor Argaña seria o novo vice (VAN DER VLEUTEN; HOFFMANN, 2010). Apesar de encabeçada por um desconhecido para a sociedade paraguaia, a chapa colorada superou as expectativas e sagrou-se vitoriosa. A esse fenômeno eleitoral contribuiu fortemente a principal pauta de campanha de Cubas: "Cubas no governo, Oviedo no poder" (VAN DER VLEUTEN; HOFFMANN, 2010). Explicitamente, o coloradismo admitia que Oviedo liderasse nos bastidores e, em adição, um dos eixos da campanha de Cubas consistiu em sugerir a libertação do general do cárcere (DEMELENNE, 2021), o que

evidentemente colidia com as bases constitucionais do direito paraguaio. A professora Magdalena López (2018, p. 54) chega a atribuir à estratégia colorada o termo “poder bifronte”, o que, como se verá, não alcançou ser consagrado de modo inconteste.

Efetivamente, três dias após a cerimônia de posse, à qual compareceram os presidentes de Brasil e Argentina (CUBAS GRAU, 2018), em 19 de agosto de 1998 o novo presidente, ilegalmente, liberta Oviedo (PRESIDENTE, 1998). Alguns meses depois, a ousada decisão de Cubas seria confrontada pela instância máxima da Justiça Paraguaia, a *Corte Suprema de Justicia*, que havia sido reorganizada durante as reformas levadas a cabo pelo governo Wasmosy (LÓPEZ, 2018). A ordem era clara: o presidente devia, imediatamente, prender o general Oviedo, o que entraria em choque com toda a pauta que o levou ao Palácio de López; a decisão, precisamente por isso, não foi cumprida, em clara violação ao princípio de separação dos poderes (VAN DER VLEUTEN; HOFFMANN, 2010). Tal fato, somado ao inesperado e enigmático homicídio do vice-presidente Argaña, desencadeou o turbulento período, entre 23 e 28 de março, que ficou conhecido como *Marzo Paraguayo*; como consequências, oito mortos, centenas de feridos (LÓPEZ, 2018) e uma profunda descredibilização das instituições do país, marcando o clímax do que Palau e Yore (2000) consideram o período mais conturbado da transição democrática do país.

Efetivamente, a morte do assim chamado Dr. Argaña, brutalmente assassinado por dez disparos de arma de fogo, jamais foi devidamente esclarecida. Contudo, as acusações da opinião pública rapidamente se voltaram contra Cubas e Oviedo, dada a inimizade política entre eles existente. O presidente, não obstante, afastou qualquer conhecimento sobre o caso, ressaltando que, em sendo inocente, recusava a possibilidade de renúncia (ATENTADO, 1999). Afirmou, inclusive, que poucos meses antes havia oferecido a Argaña a proteção de um esquema de segurança, mas o vice-presidente teria recusado. Assim, o apoio político do governo se havia esgotado, e o Congresso iniciava os preparativos para o juízo político de Cubas (ATENTADO, 1999).

Nesse contexto, ante o escalonamento da situação e o florescimento de manifestações pelo impeachment de Cubas em Assunção,

Os senadores, após receberem os documentos necessários por parte da Câmara dos Deputados, decidem dar início ao juízo político do presidente. O protesto se reproduziu em diferentes lugares do interior, todos exigindo uma imediata estabilização democrática e um funcionamento equilibrado das instituições e da justiça. Os sindicatos (que tinham convocado uma greve geral logo quando do magnicídio) apoiaram os protestos. (LÓPEZ, 2018, p. 55, tradução nossa)

Nesse ínterim, o colapso na estabilidade política paraguaia passou a preocupar o Brasil, que se viu obrigado a agir, a despeito da postura que vinha sido tomada até então, de mera observância dos fatos. Mais uma vez, a continuidade do MERCOSUL, indispensável para a doutrina brasileira de inserção internacional, estava em jogo, e os efeitos da instabilidade paraguaia poderiam refletir-se, inclusive, em danos econômicos a Brasília, que já se encontrava imersa em grave crise econômica por ocasião da desvalorização abrupta do real.

Desta vez, contudo, o ativismo brasileiro não se concentrou na embaixada em Assunção, mas pessoalmente na figura do presidente Fernando Henrique Cardoso, que tratou de articular diretamente com Cubas Grau uma saída para o impasse no Paraguai (NETO, 2014; CANTANHEDE; GAZIR, 1999). Inclusive, como apontam Van der Vleuten e HOFFMANN (2010), a atuação brasileira na questão foi explicitamente defendida pelo chanceler Lampreia, que, segundo o embaixador Márcio Dias (2017), era bastante cauteloso em se tratando de países menos desenvolvidos, em particular do Paraguai.

A importância da estabilidade democrática dos países-sócios para o MERCOSUL pode ser expressa pela assinatura, em 1998, do Protocolo de Ushuaia, que impunha sanções a violações da democracia em qualquer dos membros, podendo implicar, inclusive, a expulsão do processo de integração (VAN DER VLEUTEN; HOFFMANN, 2010). Contudo, naquele momento, ironicamente, o único Estado a já ter ratificado o pacto era o próprio Paraguai, e sua entrada em vigor teria que aguardar, ao menos, por mais três anos, haja vista a previsão de um período de *vacatio legis* (VAN DER VLEUTEN; HOFFMANN, 2010). Por isso, fazia-se mais importante do que nunca a negociação conduzida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que, mesmo sem poder dispor do Protocolo de Ushuaia, afirmou que, em caso de agravamento da crise política paraguaia, a nação mediterrânea poderia vir a ser expulsa do bloco (CANTANHEDE; GAZIR, 1999).

De fato, segundo Cantanhede e Gazir (1999), em reportagem publicada na Folha de São Paulo, o presidente Fernando Henrique, ansioso pelo restabelecimento da ordem no Paraguai, telefonou para Cubas induzindo-o à renúncia. Apesar da informação de que Cardoso teria oferecido asilo político para convencer Cubas (CATANHEDE; GAZIR, 1999), o embaixador Bernardo Pericás Neto acredita que a abordagem do presidente foi menos explícita, o que tenta reproduzir com os termos “venha para cá, deixa, saia daí, enfim, deixa” (NETO, 2014, p. 35). O próprio Cubas desmente que Fernando Henrique teria feito o convite de asilo, afirmando que o mandatário brasileiro era demasiado cortês e polido para fazer mencionada sugestão em termos tão explícitos (CUBAS GRAU, 2018).

Segundo o embaixador Pericás Neto (2014), o telefonema pode ter representado um forte estímulo psicológico para que Cubas deixasse o cargo, medida que ele vinha rejeitando tomar. Cardoso teria convencido Cubas sobre a gravidade da situação, diante da qual seria mais propício, tanto para evitar um escalonamento violento quanto para a estabilidade das instituições paraguaias, que ele renunciasse (CATANHEDE; GAZIR, 1999).

De fato, no dia seguinte Cubas renuncia, dirigindo-se à residência do embaixador do Brasil, país no qual possuía um apartamento, com um pedido de asilo político (NETO, 2014). O governo brasileiro, preocupado com a situação no Paraguai - extremamente sensível à potência sul-americana, que mantinha interesses estratégicos pela população brasileira presente no país, pela gestão conjunta da usina de Itaipu e pela grande influência das empresas brasileiras na economia paraguaia - aceitou o pedido. Nesse momento, o embaixador brasileiro Bernardo Pericás Neto

intercede para viabilizá-lo, telefonando para o ministro do Interior solicitando salvo-conduto para o transporte de Cubas ao Brasil e, em seguida, acompanhando-o ao aeroporto, de onde partiu o avião da Força Aérea Brasileira (FAB) (NETO, 2014).

A decisão de conceder asilo a Cubas, sem embargo, também foi alvo de críticas ferrenhas, já que, para alguns, a medida representaria um contestável abrigo a um suposto assassino (CAMARGO; HOLLANDA, 1999). O chanceler Lampreia, contudo, defendendo a ação, enfatizou que o desfecho da crise paraguaia garantia a estabilidade no bloco mercosulino e ressaltou que o governo argentino foi copartícipe da decisão de conceder de asilo a Cubas (BRAGA; MONTEIRO, 1999). O Palácio San Martín, inclusive, com a mesma intenção, concedeu asilo a Oviedo, que, no ínterim da renúncia, com apoio de sua base política, fugiu do quartel da Guarda Presidencial, no qual estava preso, para a Argentina (MASCHIO; VALENTE, 1999; DIAS, 1999).

Desse modo, com ativa contribuição brasileira, tanto através do telefonema do presidente Fernando Henrique quanto por meio da concessão de asilo a Cubas, é lícito afirmar que o Brasil teve uma atuação fundamental na pacificação do Paraguai. Logo após a intensa semana que correspondeu ao clímax do *Marzo Paraguai*, seguindo o rito constitucional, ascendeu ao poder o presidente do Congresso, Luis Ángel González Macchi, também colorado (LÓPEZ, 2018). Macchi, buscando um governo de união nacional, logra alcançar uma histórica - embora efêmera - coalizão com o tradicional rival *Partido Liberal Revolucionário Auténtico*. A despeito de uma nova tentativa de golpe por simpatizantes de Oviedo em 2000, o período que se estendeu desde a investidura do novo presidente, apesar da impopularidade que marcou todo o seu governo, até o fim da gestão do também colorado Nicanor Duarte Frutos, em 2008, caracterizou-se por uma relativa estabilidade na política paraguaia, a qual viria a marcar os anos finais desse longevo período de sessenta anos em que o partido esteve ininterruptamente no poder.

4. ATUAÇÃO BRASILEIRA À LUZ DA POLÍTICA EXTERNA DE CARDOSO

A ativa participação do Brasil no restabelecimento da normalidade democrática na ocasião das duas crises paraguaias não pode ser dissociada dos objetivos da política externa de Fernando Henrique Cardoso. Em primeiro lugar, cabe ressaltar o lugar de protagonismo destinado à promoção da democracia na doutrina de política externa do governo tucano, como destacou o presidente ao elencar, em artigo para a Revista Brasileira de Política Internacional, em 2001, o seguinte trinômio como os eixos básicos de sua diplomacia: democracia, estabilidade da moeda e abertura dos mercados (CARDOSO, 2001). Admitida a ênfase da gestão de Cardoso na promoção da democracia, é de se esperar que essa orientação seja especialmente válida no Cone Sul, região que, por excelência, representa o *locus* em que Brasília mais dispõe de capacidades para agir de modo influente.

Santiso (2003), porém, oportunamente indica a existência de um *trade-off* na doutrina brasileira, correspondente à defesa, simultaneamente, da soberania e da não intervenção em assuntos internos e da promoção da democracia. Por definição, um dos eixos limita o outro, daí que se possa pensar que a defesa da democracia se trate mais de artifício retórico que de um conceito-chave, na prática, no comportamento brasileiro no Sistema Internacional. Ainda segundo Santiso (2003), foi essa a situação que, de fato, predominou até a eclosão da crise paraguaia de 1996. Mesmo após a posse de Cardoso, o Brasil se absteve de medidas práticas, por exemplo, nas fraudes eleitorais generalizadas que se verificaram no Peru em 1995 (SANTISO, 2003). Nesse sentido, para o autor, a reação brasileira frente à ameaça de Oviedo a Wasmoy constituiu um ponto de inflexão na postura do Itamaraty quanto à defesa do status democrático de seus parceiros.

As razões pelas quais se tratou da primeira vez, não apenas no governo Cardoso, mas também no período pós-redemocratização, na qual o Brasil aceitou o papel ativo de mediador de um conflito interno tendente a erodir as instituições democráticas nacionais, infelizmente, não são cristalinas. Em um primeiro momento, parece-nos imperativo apontar algumas razões de ordem prática. O Paraguai é uma das nações em que o Brasil detém maior influência econômica e política e, nesse sentido, é sem dúvida ponto estratégico para a diplomacia do país. Outrossim, para além da grande população de brasileiros em território paraguaio, a gestão conjunta com Assunção da Usina de Itaipu, principal fornecedora de energia para ambas as nações, implicava uma preocupação especial com o país vizinho. Como se sabe, a *mise en place* de políticas econômicas de orientação neoliberal durante a década de 1990 deprimiu a parcela dos investimentos públicos no produto nacional, de sorte que, paulatinamente, se fosse criando um déficit energético, que culminou, em 2001, na chamada Crise do Apagão, causando incomensuráveis danos políticos e econômicos. Logo, olhar com atenção ao país vizinho, mais do que fazer sentido, correspondia a uma necessidade do governo brasileiro.

No tocante ao MERCOSUL, por sua vez, é imperativo atentar à centralidade exercida pelo bloco sub-regional na política externa de Cardoso. De um lado, o bloco econômico teria importância magistral como eixo de inserção internacional do Brasil, elevando seu poder de barganha e transformando-o em ator global, e, de outro, seu fortalecimento fazia-se necessário para conter o advento da ALCA, cuja possibilidade colocava em risco os interesses industriais brasileiros e ameaçava a penetração comercial da potência sul-americana nos demais mercados do Cone Sul, sendo potencial fonte de desestruturação, recorrendo ao termo usado por Ricupero (2017).

De todo modo, é importante considerar a possibilidade de que, mesmo diante da realidade fática que alçava o Paraguai como um parceiro indispensável para o Brasil, o Itamaraty tivesse mantido a inércia se não tivesse se deparado com uma situação excepcional, fruto do acaso. Faz-se aqui referência à menção, em entrevista, do embaixador Márcio Dias (2018) ao receio do chanceler Lampreia no que concerne a atuações em países menos desenvolvidos, em particular do Paraguai. Lembre-se, ainda, que, novamente de acordo com o embaixador, a efetivação de todos os esforços de

criatividade política por ele desenvolvidos para pôr fim à instabilidade vigente só puderam ser colocados em prática porque Lampreia, em viagem à Tailândia, encontrava-se ausente do gabinete em Brasília. Assim, a comunicação sobre a situação foi feita com o secretário-geral Rego Barros, que estava investido das funções de chanceler, naquela situação excepcional, e, caso assim não o fosse, provavelmente Lampreia teria dado sinal negativo ao comportamento de Dias, como demonstram os comentários de reprovação por ele feitos em reunião posterior com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Frente a esse cenário, defrontamo-nos com duas realidades possíveis. Na primeira, em caso de que o embaixador Dias tenha relatado uma versão distorcida sobre a postura de Lampreia enquanto chanceler, é possível que a importância estratégica do Paraguai para o Brasil *per se* tenha sido suficiente para justificar a atitude mais intervintiva do Itamaraty quando da crise em Assunção - note-se que não se trata de colocar a palavra do embaixador em dúvida, mas tão somente da ponderação de dúvidas inevitáveis, o que se faz indispensável em se tratando de levar a cabo um trabalho de produção científica. Já na segunda, considerando que Lampreia realmente tendia a rejeitar posturas de maior intervenção no tocante à política interna de terceiros países, que foi precisamente o que fez o embaixador Dias, parece-nos lícito afirmar que foi o comportamento inovador de Dias, em um momento inesperado de descentralização das decisões de política externa, que determinou a importante inflexão na política externa brasileira notada por Santiso (2003) no caso da crise paraguaia.

Vale dizer, ainda, que, em se considerando qualquer das hipóteses, restou demonstrado que, sem a conduta do embaixador, a sorte política do Paraguai, e provavelmente também do MERCOSUL, teria sido diversa, de modo que a abordagem mais intervintiva assumida na situação revelou-se vantajosa aos interesses nacionais e, além disso, criou uma expectativa junto à comunidade internacional e - principalmente - regional sobre atuações semelhantes, por parte do Brasil, em futuras crises. Desse modo, pode-se concluir que, após 1996, criaram-se novos incentivos, significativos, para que o Brasil, em casos de instabilidade futura, no Paraguai ou em outras nações de relevância estratégica, voltasse a agir de maneira mais enérgica. Justamente por isso, repetiu-se uma atuação qualificada e enérgica na ocasião da segunda crise institucional paraguaia, em 1999.

O rompimento da inércia, representado pelo mencionado ponto de inflexão, logrou maximizar a coesão da política externa de Cardoso na medida em que o desempenho de um papel ativo em prol da estabilidade regional se faz consistente com outros dois conceitos-chave na doutrina diplomática do presidente: o conceito de credibilidade e a noção de autonomia pela participação. No primeiro caso, é válido rememorar as palavras do ministro Lampreia (1995) em artigo publicado na Folha de São Paulo: "temos procurado reforçar nossa credibilidade em todos os campos, assumindo compromissos claros". Ora, a busca por credibilidade, para uma potência média recém-industrializada, valendo-se da terminologia de Ricardo Sennes (2003), inevitavelmente passa pela tentativa de consolidar uma hegemonia regional, o que indubitavelmente pressupõe exercícios ativos

na estabilidade dos países vizinhos, que é precisamente a estratégia inaugurada pelo papel do Brasil na crise paraguaia de 1996.

No segundo caso, faz-se necessário recorrer à famosa alcunha de “autonomia pela participação”, concedida à política externa de Cardoso por seu assessor, Gelson Fonseca Júnior - e posteriormente acrescida, por Lampreia, do conceito de “integração” (RICUPERO, 2017). Ricupero (2017, p. 625) resume a ideia de forma oportuna:

Participação, integração eram modos distintos de aludir ao engajamento no processo de elaboração das normas e padrões de conduta da ordem mundial. Para quê? Obviamente, para ampliar o controle sobre o próprio destino e influir na adoção de normas favoráveis ao processo brasileiro de desenvolvimento.

Logo, o Itamaraty buscava maximizar a inserção do Brasil através de uma ação propositiva, e não meramente inercial, nos foros de política internacional em que participava. No âmbito regional, não há como negligenciar a atuação em situações de crise como um modo de lográ-lo e, em síntese, pode-se concluir que o ponto de inflexão de 1996 representou, igualmente, uma harmonização da política do governo em termos de promoção da democracia com a orientação geral da política externa.

Por fim, importa perceber que o novo comportamento do Brasil frente a situações de crise institucional na região pôde ser bem-sucedido graças também a uma inovação da política externa de Fernando Henrique Cardoso, qual seja o emprego da diplomacia presidencial. Em adição à instrumentalização da figura do presidente, intelectual renomado, como ferramenta de política externa através das numerosas viagens internacionais, em número inédito até então, o professor André Luiz Reis da Silva (2008, p. 98) aponta que se verificou "minimização do Itamaraty no processo decisório, com a consequente ampliação do papel decisório do presidente, ou, pelo menos, a concentração do poder". Assim sendo, o *modus operandi* da política externa de Cardoso se deu de tal forma que foi possível ao presidente agir pessoalmente, quando necessário, para a correção de instabilidades institucionais em países vizinhos. Um exemplo notável em que isso foi indispensável pode ser encontrado na conversa entre Wasmoy e o mandatário brasileiro, poucos dias antes da decisão de demitir Oviedo. Segundo o embaixador Dias (2018), essa ocasião foi indispensável para que Wasmoy se sentisse encorajado a pedir a renúncia do general, já que o líder paraguaio fazia questão de ouvir as garantias de apoio político que o embaixador já havia dado diretamente de Cardoso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, demonstrou-se neste trabalho que o Ministério das Relações Exteriores do Brasil agiu de forma ativa e determinante na resolução das crises institucionais de 1996 e 1999 no

Paraguai. Em ambos os casos, a atuação direta do presidente Fernando Henrique Cardoso revelou-se indispensável, mas, no primeiro, igualmente relevante mostrou-se o desempenho pessoal do embaixador do Brasil em Assunção, o diplomata veterano Márcio Paulo de Oliveira Dias.

Ademais, revelou-se que o papel assumido pelo Brasil na crise paraguaia de 1996 representou um ponto de inflexão na postura brasileira frente a crises institucionais nos países vizinhos. Nesse sentido, apresentaram-se duas hipóteses para que fosse esse, especificamente, o ponto de inflexão. De um lado, pondera-se que a relevância estratégica do Paraguai para o Brasil tenha sido suficiente para que a potência regional percebesse a premência de agir de forma mais ativa, de sorte a garantir a manutenção de seus interesses. Com a demonstração da eficiência da mediação, e também por terem sido criadas expectativas sobre uma virtual atuação igualmente incisiva do Brasil em futuras crises no subcontinente, a orientação teria sido institucionalizada. De outro lado, adota-se a hipótese de que a ruptura da inércia só foi possível devido a uma situação fática que por acaso teve lugar, isto é, a atuação de Rego Barros como chanceler interino, dada a visita do ministro Lampreia à Tailândia, que tornou possível que o embaixador Dias agisse com maior margem de manobra para resolver a situação.

Por fim, também se concluiu que a postura mais assertiva que se firmou quanto a rupturas democráticas na região garantiu um aprimoramento na coesão da política externa de Cardoso, em especial diante de dois conceitos-chave na diplomacia do presidente, quais sejam o de credibilidade e de autonomia pela participação. Outrossim, foi essencial para o sucesso dessa estratégia mais assertiva quando das duas crises no Paraguai a construção, pelo líder brasileiro, de uma verdadeira diplomacia presidencial, que alterou o *modus operandi* do Ministério das Relações Exteriores no sentido de conceder ao chefe de Estado um papel de maior relevância na formulação e também na execução da política externa.

*Artigo recebido em 21 de março de 2022,
aprovado em 21 de setembro de 2022.

REFERÊNCIAS

ARDITI, Benjamin. Cálculo y contingencia en las transiciones a la democracia: La experiencia paraguaya. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, v. 1, n.39, dez. 1995. p. 77-95.

ATENTADO mata vice do Paraguai. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 mar. 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft24039901.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BARBOZA, Tayná; PINHEIRO, Letícia, PIRES-ALVES, Fernando. O diálogo entre saúde e política externa brasileira nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). **Carta Internacional**, v. 12, n.13, dez. 2017, p. 175-198.

BRAGA, Isabel; MONTEIRO, Tânia. Lampreia admite que decisão sobre asilo a Cubas foi partilhada com a Argentina. **Folha de Londrina**, Londrina, 30 mar. 1999. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/geral/lampreia-admite-que-decisao-sobre-asilo-a-cubas-foi-partilhada-com-a-argentina-138816.html>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

CAMARGO, Claudio; HOLLANDA, Assunção. Refúgio Dourado. **Isto É**, São Paulo, 7 abr. 1999. Disponível em: <https://istoe.com.br/29897_REFUGIO+DOURADO/>. Acesso em 29 jun. 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 44, n. 1, jun. 2001, p. 5-12.

CANTANHEDE, Eliane; GAZIR, Augusto. Brasil "induziu" renúncia de Cubas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 mar. 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft30039912.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

CUBAS GRAU, Raúl. Entrevista de historia oral para el proyecto “¿Pax Brasiliana? Un Estudio de la Actuación Brasileña en las Crisis Constitucionales y Políticas en América Latina (1990–2015)”, Oliver Stuenkel, 13 de novembro de 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/25703>.

DEMELENNE, Julien. Una interpretación de la historia política contemporánea del Paraguay a partir de la lectura de los golpes de Estado (1947-2012). In: SOLER, Lorena; SILVA, Paulo Renato (Org.). **Stronismo. Nuevas Luras**. Foz do Iguaçu: Edunila, 2021. p.12-36.

DIAS, Márcio Paulo de Oliveira. Entrevista de história oral para o projeto “Um Estudo da Atuação Brasileira em Crises Constitucionais e Políticas na América Latina (1990-2015)”, Oliver Stuenkel, 22 de março de 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/20655>>.

DIAS, Maurício Santana. Argentina concede asilo político a Oviedo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 mar. 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft30039909.htm>>. Acesso em 29 nov. 2022.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Um decálogo para reflexão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Primeiro Caderno, p. 3, 25 jun. 1995.

GARCÍA, José Luis Simón. **Política Internacional para la Democracia**. Assunção: Fundación Hanns Seidel, 1993.

LÓPEZ, Magdalena. **Transición y Democracia en Paraguay (1989-2017)**: el cambio no es una cuestión electoral. Buenos Aires: SB Editorial, 2018.

_____. ‘Dice un General que por medio de un Golpe nos devolvió la Democracia’. Transición a la democracia en Paraguay: perspectivas teóricas e históricas. **Revista Contemporânea**, Niterói, v. 2, n.8, p. 1-34, 2015.

MASCHIO, José; VALENTE, Rubens. Cubas renuncia, e Oviedo deixa a prisão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 mar. 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft29039908.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

NETO, Bernardo Pericás. Bernardo Pericás Neto (depõimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 45min). Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/historial/arq/Entrevista2176.pdf>.

NICKSON, Andrew. The Wasmoy Government. In: LAMBERT, P.; NICKSON, A. (org.). **The Transition to Democracy in Paraguay**. Londres: PalgraveMacmillan, 1997. p.185-200.

OVIEDO é condenado a 10 anos de prisão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 mar. 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft10039805.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

PAGNO, Elisa. Paraguay: El Año 1996 y la Crisis en la Transición Democrática. **Revista Nordeste**, v. 1, n. 23, 2004, p. 25-32.

PALAU, Marielle; YORE, Myriam. Presidencialismo moderado y gobierno de coalición. Emergencia y fracaso de una experiencia inédita. Documento de Trabajo no. 101, BASE Investigaciones Sociales, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Paraguay/base-is/20120917031235/Doc101.pdf>>. Acesso em 13 jul. 2022.

POLITICAL DATABASE OF THE AMERICAS. Georgetown University. **Paraguay: EleccionesPresidenciales 1993.** Disponível em: <<https://pdbs.georgetown.edu/Elecdatas/Para/leg93.html>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

PRESIDENTE paraguaio liberta Lino Oviedo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 ago. 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft19089806.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

RATTNER, Henrique. **Mercosul e Alca: o futuro incerto dos países Sul-Americanos**. São Paulo: Editora da USP, 2002.

RICUPERO, Rubens. **A Diplomacia na Construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

RODRÍGUEZ, José Carlos. Paraguay. Mansa transición democrática. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 127, v. 1. set./out. 1993. p. 18-22.

SALUM-FLECHA, Antonio. **Historia diplomática del Paraguay**: de 1869 hasta nuestros días. Assunção: Intercontinental, 2003.

SANTISO, Carlos. The Gordian Knot of Brazilian Foreign Policy: Promoting Democracy While Respecting Sovereignty. **Cambridge Review of International Affairs**, Cambridge, v. 16, n. 2, jul. 2003, p. 343-358.

SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80**: uma potência média recém-industrializada. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, André Luiz Reis da. **Do Otimismo Liberal à Globalização Assimétrica**: A Política Externa do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). 2008. 360 f. Tese de Doutorado em Ciência Política - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VALENZUELA, Arturo. The Coup That Didn't Happen. Baltimore, **Journal of Democracy**, v. 8, n. 1, p. 43-55, jan. 1997.

VAN DER VLEUTEN, Anna; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. Explaining the Enforcement of Democracy by Regional Organizations: Comparing EU, Mercosur and SADC. **Journal of Common Market Studies**, v. 48, n. 3, p. 737-758, 2010.

WASMOSY, Juan Carlos. Entrevista de historia oral para el proyecto “¿Pax Brasiliana? Un Estudio de la Actuación Brasileña en las Crisis Constitucionales y Políticas en América Latina (1990-2015)”, Oliver Stuenkel, 23 de octubre de 2018. Disponible en: <http://hdl.handle.net/10438/24918>.